



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 2 • nº 22 • 16 a 22/10/2005 • ISSN 1809-6182

Análise

20/10/2005 - China, energia e meio-ambiente: efeitos colaterais do crescimento econômicop.01

As altas taxas de crescimento da China provocam o aumento da demanda por energia, o que pode constituir-se como um problema não só para a China, como também para o resto do mundo.

Resenha

19/10/2005 - Refugiados retornam a Ruandap.07

Um acordo realizado entre os governos de Ruanda e Uganda, juntamente com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, propicia a repatriação de refugiados ruandeses passados onze anos do genocídio no país.

China, energia e meio-ambiente: efeitos colaterais do crescimento econômico

Análise
Segurança / Economia e Comércio / Desenvolvimento

Bárbara Gomes Lamas
20 de outubro de 2005

As altas taxas de crescimento da China provocam o aumento da demanda por energia, o que pode constituir-se como um problema não só para a China, como também para o resto do mundo.

A China vem apresentando, desde a década de 1980, forte crescimento econômico, que chega à taxa anual média de 9,5%, segundo dados dos analistas Pierre Noël e Michal Meidan, do Instituto Francês de Relações Internacionais (IFRI). Por um lado, o crescimento chinês é positivo, na medida em que, apesar de não ser suficiente, é um ponto importante no combate à pobreza¹: ainda que a desigualdade de renda tenha aumentado entre os mais pobres, segundo o relatório "Situação Social Mundial 2005 – o problema da desigualdade", divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 25 de agosto de 2005, o país reduziu a pobreza em termos absolutos de 634 milhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia em 1981 para 212 milhões em 2001 – assim, a China contribuiu com mais de 75% para a redução da pobreza nos países em desenvolvimento, nos últimos 20 anos².

Além disso, o desempenho da economia chinesa é crucial para o comportamento da economia mundial, haja vista o tamanho de seu mercado: a China conta, hoje, 1,3 bilhão de pessoas.

Contudo, para sustentar tal crescimento, é inevitável o aumento do consumo energético, que cresceu, no período de 1980 a 2002, a uma taxa anual de 4,2%. Como a economia chinesa cresce muito mais rápido do que as economias dos países industrializados, o peso energético da China também está em forte progressão: entre 1980-1990, a China contribuiu com 15% para o aumento da demanda energética mundial; na década seguinte, chegou a 23%; e entre 2001-2004, 52%. Com isso, a China passou a ocupar o posto de segundo maior consumidor de energia, ficando atrás somente dos Estados Unidos.

de pobreza, incluindo a pobreza concentrada em regiões geograficamente em desvantagem e a emergência do aumento da pobreza urbana, devem ser combatidas. Da mesma forma, segundo o relatório da ONU acerca da situação social mundial, publicado em 2005, mesmo com a redução da pobreza, a desigualdade vem aumentando na China: por exemplo, há 10 anos, os 10% mais ricos da população rural tinham o dobro da renda da população mais pobre; hoje, a diferença chega a 250%.

¹ Ver análise [Aumenta a desigualdade mundial, apesar do crescimento econômico](#)

² Apesar dos avanços, segundo dados do Banco Mundial, mais de 160 milhões de chineses ainda vivem com menos de um dólar por dia, geralmente sem acesso a serviço adequado de saúde e educação, água potável e terra arável. A taxa de redução da pobreza caiu depois de meados de 1990, quando fontes mais arraigadas

Não só o aumento da participação chinesa na demanda energética mundial faz com que a China seja um fator importante no mercado energético. Outros aspectos são igualmente relevantes. Em primeiro lugar, a economia chinesa utiliza a energia de maneira muito menos eficiente do que as economias dos países industrializados. Em 2002, a intensidade energética do Produto Interno Bruto (PIB) chinês (quantidade de energia necessária pra gerar uma unidade de riqueza) foi 3,5 vezes superior à estadunidense e 5 vezes a dos 15 países mais ricos da União Européia (UE-15). Com os investimentos feitos depois das reformas de 1979, a intensidade energética chegou a baixar 65%, entre 1980 e 2002, segundo Noël e Meidan, mas a tendência parece estar se invertendo: observou-se, nos últimos três anos, um aumento líquido da intensidade energética chinesa. Em 2004, o consumo de energia aumentou 2 vezes mais rápido do que o PIB. Segundo Noël e Meidan, isso pode ser atribuído, em parte, à sub-estimativa do crescimento econômico pelas estatísticas oficiais, ou a fenômenos conjunturais. Mas mesmo levando-se em conta estes fatores, a elasticidade da demanda³ em relação ao PIB ainda seria superior a 1. A inversão da tendência refletiria a explosão dos investimentos – em particular nos setores de infraestrutura e construção – que incentivam as grandes indústrias consumidoras de energia (cimento e siderurgia).

Outro fator significativo é o crescimento da classe média chinesa urbana – composta por famílias com renda anual entre 60 mil yuan (US\$ 7.250,00) e 500 mil yuan (US\$60.416,00), conforme a definição da Agência Nacional de Estatística da China. Em 2003, segundo dados publicados pelo *China Internet Information Center*, pelo menos 49% das famílias

urbanas cumpriam com os padrões mínimos de classe média estabelecidos, mas, por causa da grande quantidade de famílias com baixa renda na zona rural, a classe média chinesa representava 19% do total da população. Desde 1999, a classe média chinesa vem crescendo a uma taxa de 1% ao ano, e, se forem mantidas as taxas de crescimento atuais, esse segmento da sociedade poderá representar 40% da população total do país em 2020.

A ascensão social de centenas de milhares de pessoas se reflete na estrutura de consumo. Espera-se, por exemplo, segundo dados publicados no *site* de notícias da *British Broadcasting Corporation* (BBC), que o número de automóveis aumente de 10 milhões em 2004 para 120 milhões em 2010 – resultado também de uma política de estimulação do uso de automóveis, uma vez que o governo chinês recentemente reduziu seus controles de preços sobre veículos nacionais e outorgou aos fabricantes liberdade para estabelecer preços. 20% das famílias chinesas, conforme pesquisa divulgada no *site* chinês Xinhua, teriam expressado desejo de comprar carros: isto significa um total de 260 milhões de pessoas, número equivalente à produção de automóveis no mundo atualmente. Há também o aumento do consumo de computadores e de eletrodomésticos, considerados como símbolos de boa qualidade de vida para uma família de classe média. Conseqüentemente, há um crescimento considerável na demanda de energia à medida que a renda se eleva – importa mencionar, aqui, que isso acontece até um certo nível; a partir de uma renda *per capita* de aproximadamente US\$15.000,00 ao ano, conforme o texto publicado no *site* Planeta Coppe, esta relação do crescimento econômico com a demanda energética começaria a desaparecer. De qualquer forma, a China ainda não chegou neste patamar, e a ascensão de boa parte da população aos estratos sociais superiores vem acompanhada de um aumento

³ Por elasticidade entende-se a medida da resposta de compradores e vendedores a variações na condição de mercado, em geral, às alterações de preço ou de renda. Para mais detalhes, ver [Glossário](#).

considerável na demanda energética – e que, na medida em que altera a estrutura do consumo energético, não pode ser compensado simplesmente pela racionalização do uso de energia.

Os analistas Noël e Meidan afirmam que a questão energética chinesa é interna, uma vez que a quase-totalidade da energia consumida (70%) é produzida no país. Ainda assim, muitos analistas e políticos chineses vêem nesta questão um ponto vulnerável – daí a preocupação com a disponibilização de energia e diversificação de suas fontes, especialmente depois de meados da década de 1990, quando a oferta de energia deixou de acompanhar a demanda. Segundo Philip Andrews-Speed, Xuanli Liao e Roland Dannreuther, a preocupação não é tanto pela escassez de recursos energéticos primários, mas, sim, pela escassez de energia na forma requerida. O crescimento do uso do transporte rodoviário aumentou a demanda por petróleo, por exemplo, da mesma forma que uma determinação por reduzir a poluição atmosférica faz com que a demanda por gás cresça e a demanda por carvão se reduza.

A estrutura energética da China se baseia principalmente no carvão, que cobria, em 2001, cerca de 57% da demanda energética primária no país (contra 18% na UE, 22% nos EUA e 23% para o mundo); em 2005, a contribuição do carvão pode chegar a 60%. Seguindo a política de estimulação da oferta de energia, o governo chinês buscou, durante a década de 1980, incentivar a produção de carvão: a China tem a terceira maior reserva carbonífera, e se constitui como o maior produtor e consumidor de energia proveniente desta fonte (28% do consumo mundial de 2003). O governo chinês permitiu a abertura de milhares de minas de carvão, públicas e privadas, provocando, no curto prazo, o efeito esperado de aumentar a oferta. Em 1998 e 1999, no entanto, o consumo energético caiu, resultado de quatro fatores inter-relacionados:

- 1) a queda do consumo, derivada da crise asiática;
- 2) a queda da produção das indústrias intensivas em energia;
- 3) o fechamento de indústrias estatais ineficientes; e
- 4) o aumento geral da eficiência do consumo final de energia.

Ao mesmo tempo, os estoques de carvão atingiram níveis recordes, fruto de anos de superprodução, de forma que várias minas carboníferas foram levadas a fechar.

Andrews-Speed, Liao e Dannreuther classificam as medidas chinesas adotadas para aumentar a segurança energética – “disponibilidade de energia a qualquer momento, em várias formas, em quantidades suficientes e a preços acessíveis” (p.13) – como medidas estratégicas (em oposição a medidas “mercadológicas”), uma vez que combinam o aumento dos investimentos na produção (supervisionado e patrocinado pelo Estado) com ações políticas de aproximação com países produtores de recursos energéticos, principalmente países do Oriente Médio, da Ásia Central e Rússia. Além disso, a China vem buscando diversificar suas fontes de energia, investindo em outros setores, em especial nos de gás natural, recursos energéticos renováveis (hidrelétricas) e, em menor extensão, em energia nuclear.

O gás natural representa, hoje, somente 3% do total energético chinês, segundo a *Energy Information Administration* (EIA), apesar de as reservas naturais chinesas estarem calculadas em 53,3 trilhões de pés cúbicos, aproximadamente. É intenção do governo chinês aumentar a participação do gás natural: sua demanda, hoje, está em torno de 20 bilhões de metros cúbicos; em 2010, calcula-se que deva estar em torno de 75 a 100 bilhões e, em 2020, de 100 a 200 bilhões. Para isso, deve-se aumentar a produção interna (nos campos do noroeste chinês) e as importações (da Ásia Central, das proximidades do mar

Cáspio e da Sibéria oriental, por via terrestre, e da Austrália, Indonésia e Golfo Pérsico, por via marítima, sob forma líquida)⁴.

Há, também, programas para aumentar a capacidade de geração de energia nuclear até 2020, de forma a reduzir a dependência do carvão e contribuir para uma estrutura energética mais limpa. Para tanto, o governo chinês planeja construir cerca de 30 reatores nos próximos anos. Entretanto, a prioridade está sendo dada a hidrelétricas e outras fontes de energia térmica. A maior represa hidrelétrica do mundo, cuja construção foi aprovada em 1994, deve começar a operar em 2009, de forma a aproveitar uma das maiores reservas de recursos hídricos exploráveis do planeta.

Em relação ao petróleo, a China descobriu enormes reservas no extremo norte do país, perto da fronteira com a Rússia (campo de petróleo de Da Oing), que manteve a China auto-suficiente por quarenta anos. Parece, no entanto, que estas reservas estão-se tornando mais escassas. De qualquer forma, a China tem conduzido uma política de exploração intensiva de suas reservas e de prospecção de reservas em seu território: seus objetivos são estabilizar a produção petrolífera nas bacias do nordeste chinês e desenvolver as descobertas no oeste do país. Ainda assim, o potencial de crescimento da oferta interna de petróleo é limitado, o que pode ser considerado uma vulnerabilidade do país. Desde 2003, a China ocupa o segundo lugar no consumo de petróleo, segundo dados da EIA, que tem sido suprido pelas importações. A contribuição do petróleo importado ao suprimento energético chinês deve passar de $\frac{1}{3}$ para $\frac{3}{4}$ em 20 anos. A fim de tentar reduzir sua vulnerabilidade no que diz respeito às vicissitudes do mercado mundial de petróleo, a China vem

investindo em plantas *offshore*, além de estabelecer negociações com a Rússia acerca da construção de um oleoduto ligando a região da Sibéria a seu território – em que enfrentam concorrência do Japão. Isso daria a ela uma maior margem de manobras. [a este respeito, ver [A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)]

As políticas destinadas a incrementar a oferta energética se acompanham de políticas estruturais destinadas a construir e reforçar os mercados energéticos nacionais – o que inclui não só investimento concernente à produção, mas também à infra-estrutura. A energia não tem valor a não ser que esteja disponível nos pontos de uso, o que requer uma estrutura de transporte eficiente. A rede ferroviária é ineficaz e existem diversos pontos de estrangulamento. Analistas apontam a construção de infra-estrutura de transporte de gás natural como um ponto essencial para o desenvolvimento de um mercado gasífero: as reservas de gás natural se localizam na China ocidental e centro-norte, e seu transporte até as áreas industriais chinesas requereria infra-estrutura pesada de gasodutos. Há planos também para a construção de um gasoduto ligando a China à Rússia, outros incluem também a Coreia do Sul.

As tentativas chinesas de auto-suficiência em matéria energética não significam, no entanto, seu isolamento do resto do mundo. Em primeiro lugar, a emergência da China como um gigante energético tem impactos sobre o mercado internacional de energia: o crescimento acelerado da demanda energética causa um problema à oferta mundial de energia, que não cresce na mesma proporção – e a pressão da demanda poderia provocar um aumento no preço da energia, como se verificou, e, conseqüentemente, um aumento generalizado dos preços. O crescimento da demanda chinesa por carvão diminuiu a oferta deste no mercado mundial, o que

⁴ China e Japão têm disputas quanto à exploração de gás e petróleo no mar que divide os dois países. A este respeito, ver [Disputa entre China e Japão](#)

causou a elevação de seu preço, que dobrou entre janeiro de 2003 e janeiro de 2005; atribui-se, em parte, o aumento do preço do petróleo ao aumento da demanda da China – outros fatores como guerras, instabilidade política em lugares-chave e acidentes naturais, além do aumento da demanda em outros países, também o influenciaram. O aumento do preço da energia é um fator preocupante para o governo chinês, bem como para outros governos, na medida em que pode prejudicar a competitividade de suas indústrias e, conseqüentemente, seu crescimento econômico. Daí a inquietação e a necessidade de se desenvolverem fontes alternativas de energia, de forma a aumentar sua oferta.

Ademais, a questão energética da China, independentemente de seu peso no mercado energético, se constitui como um problema mundial devido aos problemas ambientais que causa. Como se disse anteriormente, grande parte do suprimento energético chinês deriva da queima de carvão – e o uso intensivo de carvão não-lavado provoca a emissão de dióxido sulfúrico e partículas poluentes: segundo um relatório da Organização Mundial de Saúde, 7 das 10 cidades mais poluídas estão na China. Isto tem efeitos perversos sobre a qualidade de vida da população, influenciando sobre a saúde, a agricultura (a China tem altos índices de chuva ácida) e, alguns estudos indicam, sobre a temperatura global. Soma-se a isto o fato de que a China deve gerar o maior aumento absoluto de emissão de dióxido de carbono nos próximos 20 anos. Neste sentido, qualquer esforço de redução de gases poluentes – seja para melhorar a qualidade do ar ou para tentar controlar o aquecimento da Terra ou outros danos ambientais – deve incluir a China.

O governo chinês se mostra preocupado com seus problemas ambientais, tais como emissão de partículas poluentes e dióxido sulfúrico. Contudo, tende a ser mais preocupado com problemas locais, adotando medidas voltadas para o

controle de poluição sobre plantas bem como políticas desenhadas para aumentar a participação de gás natural no mix energético do país, em especial nas áreas metropolitanas. No plano internacional, participa de pelo menos dois acordos de redução de gases responsáveis pelo efeito estufa: Protocolo de Kyoto e Parceria Ásia-Pacífico para Desenvolvimento Limpo e Clima⁵ (*Asia-Pacific Partnership for Clean Development and Climate*). Nenhum dos dois, no entanto, exigem o comprometimento internacional da China com a implementação de políticas ou o alcance metas específicas, como, por exemplo, reduzir aos níveis de 1990 a emissão de gás carbônico (CO₂), como exige o Protocolo dos países industrializados.

Neste sentido, percebe-se como o crescimento econômico chinês pode ser considerado uma faca de dois gumes. É inegável que, de certa forma, muitos benefícios à população chinesa decorreram do crescimento econômico, ainda que a desigualdade tenha aumentado em alguns casos; da mesma forma, apesar das polêmicas em torno das práticas econômicas da China – ela é acusada de praticar subsídios, protecionismo e pirataria – e de seus efeitos sobre os mercados de outros países, é notória a importância de seu desempenho para a economia mundial. Contudo, como mencionado, o rápido crescimento demanda mais energia, e a oferta não acompanha o aumento da demanda no mesmo ritmo, o que tem provocado o aumento dos preços da energia em todo o mundo. Isso pode ter outros efeitos econômicos – menor atividade industrial, queda nos investimentos, aumento do desemprego, redução do consumo, níveis mais baixos de bem-estar, inflação, piora no equilíbrio do Balanço de Pagamentos de vários

⁵ Para mais detalhes, ver [Novo acordo sobre redução da emissão de CO₂ x Protocolo de Kyoto e Protocolo de Kyoto entra em vigor](#)

países, fluxo generalizado de recursos de países importadores para países exportadores de energia – e políticos – países importadores de energia podem ter poder de barganha diminuído, perder flexibilidade na formulação de política externa e, em última instância, sofrer redução na capacidade militar.

A isto se soma o problema ambiental, como foi destacado. A principal fonte energética utilizada pela China é a queima de carvão, processo altamente poluente que tem sido apontado como um dos principais responsáveis pela emissão de gases causadores do efeito estufa. Tendo em vista que a poluição e o aquecimento global são problemas que extrapolam as fronteiras chinesas, pode-se dizer que a China é um dos fatores centrais para lidar com as dificuldades ambientais globais: a demanda crescente da China por energia e recursos pode estender o problema para os demais países e afetar habitats, recursos e economias em escala global.

Referência

NOËL, Pierre & MEIDAN, Michal. L'Approvisionnement energetique de la Chine: marches et politique. IFRI, 2005. Disponível em http://www.ifri.org/files/CFE/PN_Chine_Energie_MarchesPolitiques.pdf (Acesso em 27 de setembro de 2005)

BACOCOLI, Giuseppe. **Retornando à Questão do Preço do Petróleo.** Disponível em <http://www.planeta.coppe.ufrj.br/artigo.php?artigo=522>. (Acesso em 15 de outubro de 2005).

ANDREWS-SPEED, Philip; LIAO, Xuanli; & DANNREUTHER, Roland. **The strategic implications of China's energy needs.** Nova York: Oxford University Press, 2002.

Sites:

BBC News –

<http://www.news.bbc.co.uk>

The Washington Post –

<http://www.washingtonpost.com>

China Internet Information Center –

<http://www.china.or.cn>

NetComex –

<http://www.netcomex.com.br/china/materia6.htm>

Xinhua –

<http://www.xinhuanet.com/>

Ver também:

22/09/2005 – [China - Sistema Político Vigente](#)

22/09/2005 – [Aumenta a desigualdade mundial, apesar do crescimento econômico](#)

20/09/2005 – [A demanda chinesa por recursos energéticos e a diversificação de suas fontes de abastecimento](#)

26/08/2005 – [Novo acordo sobre redução da emissão de CO2 x Protocolo de Kyoto](#)

02/12/2004 – [Protocolo de Kyoto entra em vigor](#)

18/03/2005 – [Protocolo de Kyoto: Mercado de Carbono](#)

18/03/2005 – [Protocolo de Kyoto: Origem](#)

05/08/2005 – [Economia e Comércio da China](#)

Refugiados retornam a Ruanda

Resenha
Desenvolvimento

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
19 de outubro de 2005

Um acordo realizado entre os governos de Ruanda e Uganda, juntamente com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, propicia a repatriação de refugiados ruandeses passados onze anos do genocídio no país.

Cerca de 170 ruandeses que se refugiaram em Uganda durante o genocídio de 1994 retornaram à Ruanda no dia 3 de outubro de 2005. O regresso representa a primeira repatriação voluntária desde março de 2005, e é resultado de uma campanha de mobilização e de um acordo realizado entre o governo de Uganda, o Ministro do Interior de Ruanda, Protais Musoni, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), cujos oficiais realizaram várias visitas aos campos de refugiados em Uganda a fim de assegurar aos ruandeses a segurança no seu retorno.

Os ruandeses que retornaram representam parte dos 15 mil refugiados que vivem há onze anos em campos na Uganda, sendo na maioria mulheres e crianças, representando a maior comunidade de refugiados ruandeses. Estes receberam na chegada ao país assistência médica e auxílio humanitário – alimento para três meses – que os ajudaria na reintegração à comunidade.

O Ministro do Interior de Ruanda, Protais Musoni, e os oficiais do ACNUR constataram, durante as visitas aos campos de refugiados, que falsas informações sobre tortura, assassinatos e condições de vida em Ruanda teriam sido divulgadas aos refugiados, o que os teria encorajado a permanecer por onze anos

em Uganda.

Os signatários do acordo continuam tentando mobilizar os demais refugiados que ainda estão em Uganda para que estes retornem ao seu país de origem. No dia 18 de outubro de 2005, o governo do Burundi também realizou acordo com o governo de Ruanda com o intuito de repatriar cerca de 3 mil refugiados ruandeses que vivem no norte do país. Além desses, cerca de 48 mil refugiados ruandeses permanecem em outros 13 países africanos, sendo que os que estão no Congo e na República Democrática do Congo também estão retornando.

Histórico

Em 1959, três anos antes da independência de Ruanda, os hutus, grupo étnico majoritário, depuseram o então rei tutsi Mutara III.

Durante os anos seguintes, milhares de tutsis foram mortos, e cerca de 150 mil forçados ao exílio nos países vizinhos. As crianças exiladas formaram, anos depois, um grupo rebelde, a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), responsável pelo início da guerra civil no país em 1990. Essa guerra, juntamente com vários levantes de ordem econômica e política, exacerbou as tensões étnicas, culminando com o genocídio em que aproximadamente 800

mil tutsis e hutus moderados morreram em abril de 1994.

Os rebeldes tutsis derrubaram o regime hutu e cessaram com os assassinatos em julho de 1994. Porém, aproximadamente 2 milhões de refugiados, sendo eles tutsis moderados e hutus, temendo uma vingança tutsi, fugiram para Burundi, Tanzânia, Uganda e o antigo Zaire (atual República Democrática do Congo)

Referência

Sites:

África News

<http://www.africanews.com/>

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

CIA – The World Factbook

<http://www.worldfactbook.com>

United Nations Integrated Regional Information Networks

<http://www.irin.news.org>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>